



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008371-11.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Marcia Ana da Silva Cesar**
 Requerido: **APPLE COMPUTER BRASIL LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um aparelho celular fabricado pela ré, o qual apresentou problema de funcionamento.

Alegou ainda que após muitas tratativas com a rés para resolver o problema nada foi solucionado e inclusive o ônus para encaminhar o aparelho para assistência sempre era lhe atribuído o que acabou não ocorrendo, tendo em vista a distância da assistência técnica da ré.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Requer a devolução do valor pago pelo aparelho.

As preliminares arguidas em contestação pelas rés não merece acolhimento.

Quanto à legitimidade passiva ad causam encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção.

É óbvio, como decorrência da solidariedade, que poderá o comerciante acionado para a reparação dos vícios no produto “*exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante*” (**ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Quanto às alegações sobre a carência da ação, encerram matéria de mérito e como tal serão apreciadas.

Quanto a realização de perícia não é indispensável à solução do litígio, como adiante se verá, ficando rejeitada as prejudiciais, pois.

Quanto a alegação de decadência do direito da autora, não vinga, pois sua alegação é verossímil, conquanto tenha mantido contato com a ré para resolução do problema, o que efetivamente acabou por não acontecer, aplicando-se então à espécie a regra do art. 26, § 2º, inc. I, do CDC.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação às rés, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

No mérito, os documentos de fl. 03/07 demonstram a compra do produto trazido à colação por parte da autora, não tendo as rés impugnado especificamente os fatos articulados a fl. 01 especialmente quanto a não disponibilização de meios para encaminhamento do celular para assistência técnica.

Reputo que a circunstância da falta de remessa do bem à assistência técnica guarda ligação com a inadmissibilidade de se relegar à autora o ônus correspondente.

Tocava às rés tomarem todas as providências necessárias para viabilizar os reparos do aparelho celular, mas como isso não teve vez é desarrazoado atribuir a responsabilidade respectiva à autora.

Nesse contexto, ademais, elas não podem invocar em seu favor a ausência de comprovação da origem do vício, sob pena de beneficiar-se da própria desídia.

O quadro delineado denota que as rés não lograram demonstrar por meios seguros que suas responsabilidades deveriam ser afastadas no caso e como restou incontroverso que o vício do produto não foi sanado em trinta dias se aplica a regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC.

O acolhimento da pretensão deduzida nesse contexto impõe-se.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação a para condenar as rés a pagarem à autora a quantia de R\$4.470,00, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2016 (época das notas fiscais de fl. 03), e juros de mora, contados da citação.

A ré que cumprir com a obrigação terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 16 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760